

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIENCIA HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA  
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

YEDA DOLCI

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA DEFICIÊNCIA:  
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

São Carlos  
2017

Yeda Dolci

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA DEFICIÊNCIA:  
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de licenciatura em Educação Especial, como requisito para a obtenção do título de licenciada/graduada em Educação Especial.

Orientadora: Fátima Elisabeth Denari

São Carlos

2017

Yeda Dolci

**ORIENTAÇÃO SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO NA DEFICIÊNCIA:  
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado ao curso de Licenciatura em Educação Especial como requisito para conclusão do curso.

**BANCA EXAMINADORA**

Fátima Elisabeth Denari - UFSCar (orientadora)

Vanessa Cristina Paulino - UFSCar

Georgina Carolina Oliveira Faneco Maniakas – UFSCar

## AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família, por poder proporcionar e investir em bases educacionais, que me ajudaram a ingressar em uma universidade pública. Também por me darem apoio emocional e em minhas escolhas acadêmicas. A minha avó, em especial, que veio a falecer durante o processo, mas que nunca deixou de me apoiar e me ajudar a crescer e amadurecer. Amo todos vocês.

Agradeço o Coletivo TRA! Diversidade Sexual e Gênero, por acrescentar não somente em minha formação acadêmica, mas também na formação pessoal, de autoconhecimento e exercício de empatia. Agradeço as amizades que fiz no grupo e espero continuar na luta.

Agradeço as amigas que fiz na universidade, tanto do curso de Educação Especial como demais cursos (Amanda, Daynara, Cozeti, Giu, Coxão, Larissa, Sarah, Lê, Gabi, Bianca e Mari)

Agradeço as meninas da República BugHauss, morar com vocês foi de grande importância, aprendizado e crescimento em meus valores pessoais. Fiz amigas que posso contar para o resto da minha vida. (Tchela, Lorenz, Nath e Mari)

Agradeço minhas amigas de Infância (Madi, Marcela, Bia e Raisa), pelo apoio, mesmo de longe, me ajudaram e participaram do meu processo de construção de desconstrução no meio acadêmico e pessoal.

Agradeço minha namorada, Mariana, que sempre me apoiou e esteve ao meu lado, em momentos bons e ruins. Juntas, enfrentamos o preconceito, barreiras e aprendemos que com o amor, companheirismo e respeito, podemos vencer qualquer coisa.

Agradeço os amigos que fiz fora da Universidade, pelas jogatinas, festas, churrascos e troca de experiências (Gabs, Tô, Bruna, Nega, Anna e Isão)

Agradeço a Equipe de docentes da Educação Especial e demais envolvidos. Agradeço minha orientadora, pela paciência, ajuda e assistência para que pudesse completar o presente estudo.

## APRESENTAÇÃO PESSOAL

Nasci no interior de São Paulo, em uma cidade de pequeno porte. Na mesma, estudei em escolas particulares, que me proporcionaram bases para conseguir ingressar em uma universidade pública. De início, minha intenção era ingressar no curso de Psicologia, mas foi no cursinho que conheci o curso de Licenciatura em Educação Especial na UFSCar, e logo me interessei por ser um curso que estuda uma minoria, e proporciona o processo de inclusão educacional, além de promover discussões sobre a inclusão social.

Durante a graduação, conheci um Coletivo dentro da Universidade, chamado “TRA! Coletivo de Diversidade Sexual e de Gênero” que me fez pesquisar e discutir temáticas relacionadas à Diversidade Sexual. De início, participei com a intenção de dividir experiências, autoconhecimento e identificação pessoal enquanto mulher lésbica. Enquanto coletivo, organizamos intervenções, eventos, rodas de conversa, e fomos a congressos em busca de conhecimento.

Pelo Coletivo, participei em 2015 do ENUDSG –Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual e de Gênero. No evento, instigou a reflexão sobre acessibilidade, uma vez que ali havia pessoas com deficiência, porém, não havia uma comissão de acessibilidade. A partir daí, comecei a unir temáticas que abrangem o curso de Licenciatura em Educação Especial, junto a estudos sobre a Orientação Sexual e de Gênero em minhas pesquisas e discussões pessoais e informais.

No ano de 2016, dentro do curso de Licenciatura em Educação Especial, organizei, junto com a turma, o evento da “V Semana da Educação Especial: Reflexões Essenciais”, na qual incluímos uma mesa com a discussão sobre temática Diversidade Sexual e Deficiência.

Percebi a necessidade de estudos nessa temática, e meu interesse pessoal em estudos da Orientação Sexual e Identidade de Gênero. Então, escrevi meu Trabalho de Conclusão de Curso envolvendo essa temática, junto a deficiência e pretendo continuar estudando temas relacionados. Atualmente,

ingressei no curso de Psicologia, em uma universidade particular e meu objetivo atual é abranger estudos sobre Diversidade Sexual e de Gênero.

## RESUMO

A manifestação da sexualidade em pessoas com deficiência é garantida em direitos legais. Ao mesmo tempo, é carregada por fatores sociais e culturais, quando nos referimos a mitos e tabus em relação a deficiência, assim como, em relação a manifestação da sexualidade não heteronormativa. O presente trabalho visa analisar o que vem sendo publicado na literatura sobre a manifestação e visibilidade da sexualidade e identidade de gênero não heteronormativa em pessoas com deficiência. Foram selecionadas sete bases de dados, sendo elas, CAPES Periódicos, Scielo Scientific Electronic Library Online, LILACS, GOOGLE ACADÊMICO, UNESP PPGE – O Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Grupo de Pesquisa Sexualidade e Vida USP/CNPq e PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSCar; foram selecionados 8 artigos relacionados à temática. Os artigos abordaram assuntos como sexualidade, educação sexual, paradigmas sobre a sexualidade em pessoas com deficiência, fatores sociais em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero, duplo preconceito. Foi constatado que se fazem necessárias mais pesquisas sobre a temática, a fim de garantir a visibilidade de pessoas com deficiência e da diversidade sexual e de gênero.

**Palavras Chaves:** Deficiência; Sexualidade; Orientação Sexual; Identidade de Gênero.

## ABSTRACT

The manifestation of sexuality in people with disabilities is guaranteed by legal rights. At the same time, it is fulfilled by social and cultural factors, when we refer to myths and taboos related to the disabilities, as well as, related to the manifestation of the non-heteronormative sexuality. The present study aims to analyze what has been published in the literature about the manifestation and visibility of non-heteronormative sexuality and gender identity in people with disabilities. The present work aims to verify the publications on the theme of sexual and gender diversity in cases of people with disabilities, meaning that it aims to analyze from the literature found, the visibility of those people, propagated myths, stereotyping, difficulties and experiences. Seven databases were selected, being them, CAPES Periódicos; Scielo Scientific, Electronic Library Online; LILACS; Academic Google; UNESP PPGE – O programa de pós graduação em Educação Sexual; Grupo de Pesquisa Sexualidade e Vida USP/CNPq e PPGE – Programa de Pós- Graduação em Educação – UFSCAR; and, accordingly to this, eight articles related to the theme were selected. The articles talk about subjects as sexuality, sexual education, paradigms about sexuality on people with disabilities, social factors regarding to Sexual Orientation and Gender Identity and double prejudice. It was verified that more research is needed on the subject, in order to guarantee the visibility.

**Key words:** Disability; Sexuality; Sexual Orientation; Gender Identity

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Total de publicações encontradas e selecionadas com as palavras-chaves “Deficiência e Sexualidade”.....	22
Quadro 2 – Total de publicações encontradas e selecionadas com as palavras-chaves “Deficiência e Orientação Sexual”.....	23
Quadro 3 – Total de publicações encontradas e selecionadas com as palavras-chaves “Deficiência e Identidade de Gênero”.....	24
Quadro 4 – Título de Publicações Selecionadas.....	25

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	10
2. OBJETIVO.....	19
3. MÉTODO.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
6. REFERÊNCIAS.....	37

## 1. INTRODUÇÃO

O controle sobre o outro em sociedades humanas remonta aos mais antigos tempos. Relaciona-se com o poder e a necessidade de organização social para que o grupo, coeso, possa realizar as obras necessárias para a sobrevivência. Foi dessa maneira que se instituiu o Estado como coordenador e orientador das atividades econômicas e de defesa das sociedades humanas. (PIRES, 2011).

À medida que o grupo cresce em número e em diversidade de atividades e opiniões, o Estado passa a se utilizar de outras estratégias de controle. Somente o poder físico com o uso da força deixou de ser suficiente para exercer o controle e manter a ordem, entendida como o único caminho para a prosperidade e segurança. (CORREIA, 2009)

O controle do espírito humano, seus sentimentos, ideias e sexualidade, passam a ser um instrumento de poder. A ideia de sucesso e prosperidade era e ainda é entendida como somente possível graças ao esforço pessoal e do grupo como um todo, bem como a capacidade de cada pessoa de colaborar com esse sucesso. Neste contexto, os menos hábeis, e até mesmo pessoas com deficiência, passam a ser vistos como obstáculos aos interesses do grupo.

Seria então um peso que o grupo deveria carregar e sustentar, impedindo que pessoas com deficiência pudessem se inserir socialmente como colaboradores. Eles não poderiam colaborar da mesma forma ou potência que os demais. Eram (e ainda são em número significativo) naturalmente excluídos. (BIANCHETTI, 1998)

De acordo com o 2º art. do documento resultado do Estatuto da Pessoas com Deficiência, estabelece que:

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (p.1)

Um exemplo histórico desta exclusão se deu durante o período Medieval: a deficiência não era considerada como um problema uma vez que toda criança

que se distanciasse do considerado “normal” para a época era ou eliminada ou abandonada, conforme comenta Aranha (1979). Como sinaliza Pessotti (1984, p.12):

[...], a concepção de deficiência variou em função das noções teológicas de pecado e de expiação, e da visão pessimista do homem, entendido como uma besta demoníaca quando lhe venham a faltar a razão ou a ajuda divina.

Então, as raízes da hierarquização social e do preconceito, estão relacionadas à capacidade de contribuir e somar esforços, ou seja, capacidade produtiva da pessoa. Não havia a menor intensão de acolher, incluir no seio social a pessoa com deficiência. O abandono era a única possibilidade.

Nos tempos atuais o atendimento as pessoas em condição de deficiência melhorou, entretanto, muitas ainda são consideradas “eternas crianças”, que precisam de cuidados, são dependentes de familiares e incapazes de realizar as próprias escolhas.

De acordo com as informações do censo realizado no Brasil em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 23,9% dos brasileiros apresentam algum “tipo de lesões e impedimentos de natureza física, sensorial ou intelectual” um total aproximado de 45 milhões de pessoas. (IBGE, 2014, p.2).

A deficiência é um fenômeno passível da experiência ligada ao ciclo de vida humana, podem e devem compartilhar das mesmas experiências vivenciadas por todas as pessoas. Em todas as suas implicações a deficiência é algo inerente à condição humana – mas não deve ser considerada sua totalidade (DINIZ, 2007).

Infelizmente a pessoa em condição de deficiência frequentemente é reduzida ao reflexo das escolhas de seus responsáveis, por vezes anulando qualquer autonomia (DANTAS et. al, 2014).

A recusa da autonomia está atrelada também à negação de melhores condições de vida, desenvolvimento de potencialidades e à própria sexualidade das pessoas em condição de com deficiência (MAZIN e PINEL, 1984; FRANÇA RIBEIRO, 1995; DENARI, 1997; MAIA, 2010).

O sexo sempre esteve presente na vida humana, tanto como forma de reprodução, prazer, quanto na forma representativa de status ou virilidade; em

alguns casos e lugares esta representação perpetua-se até os dias de hoje. (WALENDORFF, 2007).

Como parte do ser humano e que instintivamente direciona sentimentos e atitudes, o sexo também passou a ser controlado. Inicialmente no núcleo familiar, depois de uma forma maior, exterior, institucionalizada pela ordem vigente, controlada pelo Estado e Igreja. Lembrando que desde as primeiras sociedades humanas ocidentais, Estado e Igreja não se dissociavam. Era a união da força e do espírito, transformando-se em um poder maior. (ARENDRT, 2002).

Ao longo do tempo, o poder também esteve aliado ao controle da espiritualidade e sexualidade. O certo ou errado passam a ser orientados por esse poder dominante que direciona a construção econômica, social e cultural de um povo. A sexualidade já é reprimida a expressão dela, em especial de sexualidades dissidentes da heteronorma, são sufocadas duplamente. (ARENDRT, 2002)

Até o ano de 1973 o termo "homossexualismo" ainda constava no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) como um transtorno, ao lado de pedofilia, distúrbios de personalidade (BENTO e PELÚCIO, 2012). Mesmo com a supressão dessa terminologia existem alguns profissionais de saúde que "pregam" a homossexualidade como um desvio passivo de tratamento, elaborando supostas estratégias para recuperação destes sujeitos e conduzi-los a cura da mesma (LONGARAY e RIBEIRO, 2015).

Na décima versão da Classificação Internacional de Doenças (CID), a transexualidade consta no manual como "transexualismo" e sob o código F64.0. Para realização de quaisquer modificações de seus corpos, qualquer pessoa necessita da aprovação em testes médicos e psicológicos. Estas intervenções, apesar de pertencerem ao campo médico, utilizam o mesmo método das instancias religiosas no século XVIII: todas as expressões consideradas transgressoras são passíveis de estratégias que permitem que os sujeitos desviantes sejam conduzidos de volta à normalidade (LONGARAY e RIBEIRO, 2015).

Fica evidente que, quando as performances de gênero e sexualidade se afastam das constituídas socialmente, considera-se a necessidade de alguma

intervenção especializada das ciências humanas (Psicologia, por exemplo) para reestabelecer a ordem (BENTO e PELÚCIO, 2012).

O movimento LGBT nasceu na Europa, no final do século XX, e tinha como principal objetivo a descriminalização e o reconhecimento dos direitos civis de pessoas homossexuais (FERRARI, 2003).

No Brasil, a incorporação de sujeitos e a constituição da sigla LGBT aconteceram por volta dos anos 1990 por meio de parcerias com o Estado no desenvolvimento de campanhas de combate a AIDS (BEZERRA et. al., 2013). Esta incorporação, não só de outras identidades sexuais, mas de gênero também, ampliou as discussões sobre as necessidades deste público: somente políticas contra doenças sexualmente transmissíveis não abrangiam (ainda hoje não abrangem) as reais necessidades deste grupo heterogêneo. (BRASIL, 2012).

Um reflexo desta ausência de representatividade foi a criação da campanha de “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”, pelo Ministério da Saúde (2014), um movimento que integra as ações para a Atenção à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais promovidas pela Secretaria de Política para Mulheres (SPM) e pelo Ministério da Saúde (MS), por meio: do Departamento de DST/ AIDS e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância a Saúde, da Coordenação Geral da Saúde da Mulher do Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Assistência à Saúde, e do Departamento de Apoio a Gestão Estratégica e Participativa da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa; da Coordenação Geral da Diversidade da Secretaria de Articulação Institucional e Ações Temáticas da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

A organização dos movimentos LGBT tem como principal objetivo lutar contra qualquer forma de condenação, perseguição e invisibilidade da expressão da sexualidade não heteronormativa, geralmente relacionadas ao pecado, doença e imoralidade. Entender a sexualidade como uma questão social e política foi um passo importante para o reconhecimento destes dissidentes, até então majoritariamente marginalizados. (BEZERRA et. al., 2013).

De acordo com o Ministério da Saúde (Brasília, 2013, p.16) no documento intitulado "Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais":

A condição de LGBT incorre em hábitos corporais ou mesmo práticas sexuais que podem guardar alguma relação com o grau de vulnerabilidade destas pessoas. No entanto, o maior e mais profundo sofrimento é aquele decorrente da discriminação e preconceito.

O sofrimento existente nesta condição não é uma característica de pessoas LGBT, mas está mais atrelado às discriminações, medos e violências infligidas pela sociedade.

A expressão da sexualidade na pessoa com deficiência é cercada de estigmas e estereótipos que, atrelados à falta de informação, faz com que seja um tabu (DENARI, 2002). Maia e Ribeiro (2010) apontam que um dos mitos existentes é de que a pessoa com deficiência é necessariamente assexuada. A ideia de que ela apresenta desejos, necessidades e práticas sexuais é negligenciada e negada. (ANDERSON e KITCHIN, 2000).

Atrelada a essa perspectiva de inexistência da sexualidade, Maia e Ribeiro (2010) também apontaram para a infantilização deste grupo. Isso se dá por conta da noção religiosa, amplamente difundida, de que o sexo tem como objetivo exclusivamente a reprodução, ignorando quaisquer outros aspectos correlacionados (MAIA e RIBEIRO, 2010)

Outro mito difundido é a relação da deficiência com uma suposta hipersexualização. Isso acontece em especial com pessoas com deficiência intelectual, sempre as relacionando com desejos incontroláveis e exacerbados. Existe também a de que pessoas com deficiências são incapazes de ter um relacionamento, seja de cunho sexual ou afetivo, tornando-as pouco atraentes e até mesmo indesejáveis (DENARI, 1997; MAIA e RIBEIRO, 2010).

Um fator também relacionado aos mitos é uma suposta infertilidade ou a incapacidade de gerar filhos "saudáveis". A ideia de falta de autonomia própria se estende aos filhos, sendo que os pais são comumente relacionados a pessoas que não tem capacidade de cuidar de seus filhos. (MAIA e RIBEIRO, 2010).

Tepper (2010) aponta ainda outro mito: a de que pessoas com deficiência são incapazes de usufruírem do sexo considerado "normal" apresentando, inclusive, disfunções sexuais no que tange ao desejo ao próprio orgasmo.

Giami e D'Allonnes (1984) realizaram um estudo que buscou compreender a representação que pais e professores tinham a respeito da

sexualidade de crianças com deficiência intelectual. O resultado se divide em dois tipos de atitudes: enquanto os pais a enxergam como “angelicais”, os professores a encaram como monstruosas. “Se a sexualidade é de anjo, ela não existe; se ela é de monstro, é necessário escondê-la.” (SILVA e ALBERTINI, 2007, p.39).

Segundo Denari, 2006, (p. 200-202).

O estereótipo da pessoa deficiente tida como assexuada ou agressiva sexualmente resulta da visão popular que atribui a ela características de incompletude e desvio do padrão considerado normal (...). Vêm-se atribuindo rótulos negativos às pessoas com deficiência qualificando-as como eternas crianças, anjos, feras, homossexuais ou hipersexuais.

A sexualidade em pessoas com deficiência, de acordo com a opinião popular, é incompleta – a deficiência, seja ela qual for, é estendida a este campo. (MOURA e PEDRO, 2006). Além disso, existe a crença errônea de que o desenvolvimento físico não corresponde ao psicossocial, o que impediria pessoas com deficiência vivenciar as etapas comuns do desenvolvimento humano, especialmente a puberdade e a adolescência (BEZERRA e PAGLIUCA, 2010).

Um determinante crucial na perpetuação destes mitos é a falta de preparo de profissionais que realizam a assistência à saúde e educação. A falta de abordagem deste assunto (tanto na formação básica quanto na continuada destes profissionais) acarreta em dificuldades tanto na prestação de serviços as pessoas com deficiência quanto no repasse de informações a respeito de seus direitos sexuais e reprodutivos. Gesser e Nuernberg (2012) destacam também que existe a falta de orientação até mesmo em exames de rotina, mais voltados à vida sexual, como exame de câncer de mama e Papanicolau.

Com isso, pessoas com deficiências são mais suscetíveis à doenças sexuais, como por exemplo a infecção por HIV. O acesso à informação, o estigma e toda a discriminação enfrentada pela população com deficiência nos diversos serviços de saúde, junto com todos os mitos do suposto lugar social dos mesmos, aumentam a incidência de abusos sexuais e comportamentos de risco. (Rehabilitation International, 2007). A vulnerabilidade desse grupo social é gritante.

O estudo de Tepper (2010) mostrou que os principais temas relacionados à sexualidade da pessoa com deficiência estão ligados ao abuso, assexualização, problemas reprodutivos, desvio e comportamento inadequado e o gênero e orientação sexual de mulheres com deficiência. Em nenhum momento o prazer é pautado em discussões científicas.

Considerando o apagamento que o tema sofre sistematicamente, o Ministério da Saúde publicou um documento intitulado "Direitos sexuais e reprodutivos na integralidade da atenção à saúde de pessoas com deficiência" (2009). Esse documento apresenta diretrizes e propostas de ações práticas para a atenção integral à saúde sexual e reprodutiva de pessoas com deficiência, todas focadas no sistema único de saúde (SUS). Um fato interessante nesse documento é que toda sua construção foi acompanhada por pessoas com deficiência. O Ministério da Saúde (2009, p.36) levanta a seguinte questão:

Os valores sociais relativos à sexualidade da pessoa com deficiência vêm sendo construídos a partir de uma longa história de exclusão, quer real, quer simbólica, e que depende do momento histórico. Essas concepções, embora ultrapassadas nos planos legal e teórico, continuaram no imaginário coletivo, impregnadas ora com piedade, ora com rejeição, manifesta ou latente, ambivalência que continua até hoje. A partir da perspectiva da inclusão social, as pessoas com deficiência começaram a ampliar suas possibilidades de viver situações relativas à sua vida afetiva e sexual de forma mais natural e frequente.

Os pressupostos do "modelo social da deficiência" valorizam as experiências de pessoas com deficiência de forma a dignificar suas formas singulares de vivenciar a sexualidade - que não necessitam seguir um ciclo de resposta conforme normatizado pelo DSM-V. (GESSER, NUEMBERG, 2014).

Duke (2011) pontuou que além da discriminação social pela condição de deficiência, as mesmas estão expostas a outros preconceitos como: homofobia, heterossexismo e racismo. A exclusão, já presente em pessoas LGBT, é intensificada na presença da deficiência.

Buscar compreender como se dá a intersecção entre deficiência e gênero ainda é um campo a ser explorado, seja nacional ou internacionalmente, como pontua Mertens et. al (2010).

Pessoas LGBT com deficiência podem estar expostas à dupla discriminação: constituem a minoria dentro de uma minoria. A deficiência e a

orientação sexual são indissociáveis, portanto precisam ser compreendidas como componentes interligados na construção deste ser humano. (HARLEY et al., 2002).

Na área da educação, o debate sobre inclusão da temática no currículo escolar é antiga e antecede, inclusive, o surgimento de políticas públicas na área da educação em relação à diversidade sexual. Pode-se acrescentar como significativa a criação do Grupo de Trabalho “Gênero, Sexualidade e Educação” na Associação Nacional de Pesquisa de Pós-Graduação em Educação (ANPEd), em 2013, que contribui com pesquisas teóricas e práticas sobre a temática, relacionada à área de educação sexual. (VIANNA, 2012).

Dentro desse contexto, Vianna (2012, p.1) afirmou a influência de:

[...] agências multilaterais, como o Banco Mundial, a Cepal e a Unesco, que se instaurou, sob coordenação do então Ministério da Educação e da Cultura (MEC), o processo de elaboração do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o Ensino Fundamental como instrumentos de referência para a construção do currículo, a partir de uma perspectiva de gênero/sexualidade nas políticas públicas de educação escolar no Brasil, em substituição ao antigo currículo mínimo comum. A "relação entre educação, políticas públicas, Estado e desigualdades vai deixando lugar a políticas de inclusão, escola inclusiva, projetos inclusivos, currículos inclusivos

Portanto, um ponto positivo tem-se a inclusão da sexualidade como tema transversal em áreas que compõem o currículo. Em contrapartida, encontram-se críticas nesse processo devido à formação deficitária de docente e condições estruturais para que esse público possa abordar a temática em escolas, além do fato do conceito de transversalidade vir com bases inconsistentes em relação à realidade estrutural, que não proporciona um alicerce para discussões em relação a problemas sociais. (VIANNA, 2012).

Por meio de discussão e embasamento teórico apresentados, pode-se levantar questões a respeito desse público alvo; como é vista a manifestação da sexualidade em pessoas com deficiência? Existem estudos em relação a essa temática? Por meio desses levantamentos, a pesquisa busca analisar as

publicações feitas em relação a manifestação e visibilidade da sexualidade e identidade de gênero em pessoas com deficiência, sendo estas, voltadas para a sexualidade não heteronormativa.

## 2. OBJETIVO

Neste estudo teve-se como objetivo analisar o que vem sendo publicado na literatura sobre a manifestação e visibilidade da sexualidade e identidade não heteronormativa em pessoas com deficiência.

### 3. MÉTODO

Segundo Vilelas, (2009, p. 43) o “[...] método refere-se diretamente à lógica interior do processo de descoberta científica, e a ele correspondem orientar a seleção dos instrumentos e técnicas específicas de cada estudo”. Assim, o presente estudo pauta-se por uma revisão sistemática de fontes bibliográficas, baseando-se na pesquisa de dissertações, teses e artigos e documentos em plataformas eletrônicas disponíveis via online.

Para caracterizar e especificar o método de pesquisa utilizado, Fonseca (2002, p.32) cita:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta

A partir de uma pesquisa bibliográfica, o estudo segue estruturas específicas e critérios estabelecidos conforme descrito na sequência.

A seleção teve início pelo levantamento de uma problemática e na busca de artigos que se enquadram no tema pesquisado, a partir de descritores como: Deficiência e Sexualidade, Deficiência e Identidade de Gênero, Deficiência e Orientação Sexual em um período de tempo entre 2006 a 2017. A escolha de um período de 11 anos para a pesquisa, foi definido pelo fato de selecionar e analisar pesquisas mais atualizadas a respeito da temática.

Fez-se necessária a delimitação das fontes utilizadas na pesquisa, assim que o tema foi definido, como recomenda Cunha (2001). Assim, foram definidas para a pesquisa, as seguintes bases de dado: CAPES Periódicos, Scielo Scientific Eletronic Library Online, LILACS, GOOGLE ACADÊMICO, UNESP PPGE – O Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Grupo de Pesquisa Sexualidade e Vida USP/CNPq e PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação - UFSCar.

Com estes descritores, o primeiro passo para a seleção foi baseado na leitura de títulos de estudos, e a segunda seleção foi por meio da leitura dos resumos. Após a leitura dos resumos, foram selecionados alguns estudos e estes foram lidos na íntegra. A busca resultou em 8 trabalhos selecionados, lidos na íntegra por estarem em consonância com a temática proposta.

Os critérios de exclusão de artigos foram avaliados em repetições dos mesmos em base de dados e publicações que não atenderam os critérios do assunto trabalhado.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Quadros 1, 2 e 3 apresentam o número de periódicos encontrados em cada base de dados, junto ao número de periódicos selecionados de acordo com as palavras-chave utilizadas no estudo.

Quadro 1 – Total de publicações encontradas e selecionadas com a palavra-chave “Deficiência e Sexualidade”:

Site de busca	Publicações Encontradas	Publicações Selecionadas
CAPES	99	2
SCIELO	24	1
LILACS	115	0
GOOGLE ACADEMICO	15.400	0
UNESP (ARARAQUARA) – PPG EM EDUCAÇÃO SEXUAL	1	0
USP - SEXUALIDADE E VIDA	0	0
PÓS GRADUAÇÃO – UFSCAR (PPGE)	1	0

O quadro acima ilustra o número de artigos encontrados e o número de artigos selecionados que abrangem a temática do estudo, baseados na busca pela palavra-chave “Deficiência e Sexualidade”. Dentre as publicações encontradas, a seleção inicial foi feita por meio de leitura de títulos e, posteriormente, a leitura de resumos. Após a segunda seleção, os artigos que restaram foram lidos na íntegra e restaram apenas 3 artigos considerados relevantes para serem apresentados.

Quadro 2 – Total de publicações encontradas e selecionadas com a palavra-chave “Deficiência e Orientação Sexual”:

Site de busca	Publicações Encontradas	Publicações Selecionadas
CAPES	90	0
SCIELO	4	2
LILACS	77	2
GOOGLE ACADÊMICO	16.200	1
UNESP (ARARAQUARA) – PPG EM EDUCAÇÃO SEXUAL	1	0
USP – SEXUALIDADE E VIDA	0	0
PÓS GRADUAÇÃO – UFSCAR (PPGE)	0	0

O quadro acima ilustra que foram selecionados 5 artigos que abrangem a temática do estudo, baseados na busca pela palavra-chave “Deficiência e Orientação Sexual”. Dentre as publicações encontradas, a seleção inicial foi feita por meio de leitura de títulos e, posteriormente, a leitura de resumos. Após a segunda seleção, os artigos que restaram foram lidos na íntegra e restaram apenas 5 artigos considerados relevantes para serem apresentados.

Quadro 3 – Total de publicações encontradas e selecionadas com a palavra-chave “Deficiência e Identidade de Gênero”:

Site de busca	Publicações Encontradas	Publicações Selecionadas
SCIELO	1	0
CAPEL	136	0
LILACS	27	0
GOOGLE ACADÊMICO	13.700	0
UNESP (ARARAQUARA) – PPG EM EDUCAÇÃO SEXUAL	0	0
USP –SEXUALIDADE E VIDA	0	0
PÓS GRADUAÇÃO – UFSCAR (PPGE)	0	0

Nota-se, no quadro acima, que não foram encontrados estudos que discutissem a temática sobre transexualidade ou qualquer outra identidade de gênero não cisgênera atrelados a questão de pessoas com deficiência.

A partir da seleção dos 8 artigos, lidos na íntegra, o quadro abaixo ilustra o título de cada estudo selecionado, junto aos dados de cada pesquisa. No mesmo quadro, encontra-se as palavras chaves utilizadas e o site de busca em que foram encontradas cada pesquisa.

Quadro 4 – Título de Publicações Selecionadas:

Palavra- Chave	Site de Busca	Ano de publicação	Local de publicação	Autor	Modelo	Itens Seleccionados
<b>Deficiência e Sexualidade</b>	<b>CAPES</b>	2014	Brasília	Gesser, M. Nuernberg, A.	Artigo	Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos
<b>Deficiência e Sexualidade</b>	<b>CAPES</b>	2010	Brasília	A. S. Morales & C. G. Batista	-	Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnóstico de Deficiência Intelectual
<b>Deficiência e Sexualidade</b>	<b>SCIELO</b>	2010	Marília	A. C. B. Maia; P. R. M. Ribeiro	Ensaio	Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências
<b>Deficiência e Orientação Sexual</b>	<b>SCIELO</b>	2015	Rio de Janeiro	M. J. A. Sousa; C. M. M. Moleiro	Artigo	Homens gays com deficiência congênita e/ou adquirida, física e/ou sensorial: duplo-fardo social
<b>Deficiência e Orientação Sexual</b>	<b>SCIELO</b>	2012	Florianópolis	A. G. Mello; A. H. Nuernberg	Artigo	Gênero e deficiência: interseções e perspectivas
<b>Deficiência e Orientação Sexual</b>	<b>LILACS</b>	2006	Marília	H. M. Cursino; O. M. P. R. Rodrigues; A. C. B. Maia; M. E. G. Palamin	Relato de Pesquisa	Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva
<b>Deficiência e Orientação Sexual</b>	<b>LILACS</b>	2010	Fortaleza	A. Ferrari; L. P. Marques	Relatos de Livros	Homossexualidade e deficiência mental: jogos discursivos e de poder na construção dessas identidades no contexto escolar
<b>Deficiência e Orientação Sexual</b>	<b>GOOGLE ACADÊMICO</b>	2015	Ribeirão Preto	F. S. D. Abreu; D. N. H. Silva; J. Zuchiwschi	Artigo	Surdos e homossexuais: a (des)coberta de trajetórias silenciadas

A seguir, será apresentada uma discussão sobre cada artigo e o que seu conteúdo traz de mais relevante.

A sexualidade é definida de acordo com o conceito em disputa em várias vertentes. Como descreve Louro (2000, p.64):

[...] a sexualidade vem sendo descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, educada, normatizada, a partir de várias perspectivas e campos disciplinares, constituindo-se em meio a propósitos e interesses igualmente variados. Não basta, contudo, apenas descrevê-la ou demarcá-la como uma área multidisciplinar, é preciso reconhecer que essa foi - e é - uma área em disputa. Estado, igreja, ciência - instituições que, tradicionalmente, participavam da sua definição e da delimitação de padrões de normalidade, pureza ou sanidade - concorrem hoje com outras instâncias e grupos organizados que pretendem também decidir a respeito dos contornos da sexualidade.

Junto a isso, traz consigo componentes socioculturais e biológicos, que envolvem questões de gênero, identidade sexual, emocional, orientação, sentimentos e reprodução. A manifestação da mesma, incorpora e envolve aspectos do corpo, culturais, relações afetivas e vivências (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Segundo Freud (1905), as primeiras manifestações sobre a sexualidade ocorrem na infância, que se configuram em uma origem pré-determinada do que vem a ser, posteriormente, na adolescência, a sexualidade. A sexualidade infantil, evidenciada por Freud, pressupõe a função sexual ligada, inicialmente apoiada sobre funções orgânicas, especificamente a função de nutrição. Determinam-se em 5 fases de desenvolvimento sexual (Oral, Anal, Fálica, Latência e Genital). A última fase viria a ser na puberdade, em que a manifestação da sexualidade ganha a complexidade da definição do termo.

A descoberta de Freud mostrou que a existência da sexualidade infantil implica no desenvolvimento sexual como algo mais complexo, não só resultando em questões reprodutivas e biológicas; e sim, comportamentos ligados à sua subjetividade. Esses estudos, podem estar ligados a uma questão de organização social, como dizia Foucault (1984), em História da Sexualidade. (CASTRO; ABRAMOVAY; SILVA, 2004).

Segundo Gagnon (1994) e Parker (2000) e as mudanças sociais da sexualidade começaram a tomar forma na década de 1960, resultou em contribuições

pelo movimento feminista, gay e lésbico, que gera um crescimento nos estudos e reflexões sobre a temática em contraposição com a desigualdade, materialidade, relações sociais e modelos de normalidade sexual vigentes desde então. Ainda se tratando das mudanças sociais sobre a sexualidade, vale acrescentar que no século XX, emerge uma conceituação sobre os direitos sexuais e reprodutivos, que nos possibilita a pensar na saúde sexual de qualquer pessoa como um direito básico. (DIAS e MARINHO, 2016).

O primeiro estudo a ser apresentado, intitulado “Psicologia, Sexualidade e Deficiência: Novas Perspectivas em Direitos Humanos” (GESSER E NUEMBERG, 2014), trouxeram a reflexão de que os sujeitos são constituídos por meio de direitos, quanto a sexualidade, em uma discussão a respeito das pessoas com deficiência, cuja concepção da mesma sobre direitos, busca contextualizar e discutir, por meio de pressupostos teóricos metodológicos voltados para a atuação da ética diante dos profissionais da Psicologia.

O estudo caracteriza as principais barreiras que pessoas com deficiência enfrentam no que se refere a garantia de direitos sexuais e reprodutivos. O estudo concluiu que existe uma valorização das experiências de pessoas com deficiência na construção da sexualidade, porém, existe a necessidade da incorporação do Direito das Pessoas com Deficiência no currículo dos cursos de Psicologia, para que assim, essa área de atuação colabore com a garantia de direitos humanos desse grupo social.

Diante dessa perspectiva, esse grupo social enfrenta barreiras em relação à sua sexualidade; criaram-se mitos de que esse público é assexuado, noções baseadas em um padrão estipulado socialmente, ou o próprio embasamento religioso que resulta na deslegitimação da própria sexualidade em si, com a concepção de que não existe necessidade de exercer a mesma. (GESSER, NUERNBERG, 2014).

O segundo artigo selecionado, intitulado de “Compreensão da Sexualidade por Jovens com Diagnósticos de Deficiência Intelectual”, de Morales e Batista (2010), trata-se de uma pesquisa qualitativa, que busca descrever a compreensão de conceitos sobre a sexualidade em aulas de orientação sexual, de jovens com deficiência intelectual. As aulas foram divididas em 5 eixos temáticos, sendo estes

Corpo Humano, Beijo, Namoro, Coito e Camisinha/DST. As aulas foram videogravadas em um período de dois anos, distribuídas semanalmente, com algumas alterações justificadas por festas e feriados. Nessas aulas, foram utilizados recursos didáticos como modelo de corpo humano, conjunto de bonecos com genitais (“Família Colchetes”), gravuras e fotos, quadro imantado e camisinha masculina. Os 11 alunos que participaram do estudo estão matriculados no Ensino Fundamental de uma instituição de educação especial, localizada no interior do Estado de São Paulo.

Os objetivos descritos na pesquisa de Morales e Batista (2010, p.4) foram “(a) apontar indícios sobre o processo de apropriação de conhecimentos e valores sobre sexualidade por esses adolescentes e jovens, nas aulas de orientação sexual, e (b) indicar aspectos do contexto que parecem favorecer ou dificultar essas apropriações.”

O estudo indicou que os alunos se mostraram atentos às questões levantadas, executaram as tarefas propostas pela pesquisa. Os autores observaram que havia sinais de embaraço e que os valores transmitidos foram de acordo com o que já é culturalmente estabelecido pelos demais jovens. Portanto, as evidências obtidas pelo estudo e em relação com as visões míticas sobre a sexualidade desses alunos, sugerem mais pesquisas sobre a temática.

Em relação as visões míticas, a pessoas com deficiência, segundo Gesser e Nuernberg (2010, p.1):

[...] apontam outros mitos que operam como barreiras no acesso das pessoas com deficiência aos direitos sexuais e reprodutivos. Um deles, relacionado principalmente a pessoas com deficiência intelectual, é o de que pessoas com deficiência são hipersexuadas, apresentando desejos in-controláveis e exacerbados. Outro é o de que pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes de manter um relacionamento amoroso e sexual. Também está presente o mito de que pessoas com deficiência são estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles, além da ideia identificada nos estudos de Tepper (2000) de que pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo normal e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo.

No artigo intitulado “Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiências”, Maia e Ribeiro (2010, p.1), discorreram um ensaio que aborda ideias preconceituosas sobre a sexualidade de pessoas com deficiência sendo estas “(1) pessoas com deficiência são assexuadas: não têm sentimentos, pensamentos e necessidades sexuais; (2) pessoas com deficiência são

hiperssexuadas: seus desejos são incontroláveis e exacerbados; (3) pessoas com deficiência são pouco atraentes, indesejáveis e incapazes para manter um relacionamento amoroso e sexual; (4) pessoas com deficiência não conseguem usufruir o sexo *normal* e têm disfunções sexuais relacionadas ao desejo, à excitação e ao orgasmo; (5) a reprodução para pessoas com deficiência é sempre problemática porque são pessoas estéreis, geram filhos com deficiência ou não têm condições de cuidar deles.”

Tais crenças revelam um modo preconceituoso de entender a sexualidade desse público, tornando-se um obstáculo a ser enfrentado pela pessoa estigmatizada. O estudo buscou esclarecer esses mitos, de modo a superar a discriminação sexual-social, que tanto prejudica esse grupo social e ideias de uma sociedade inclusiva.

Segundo McDonald, Keys, & Balcazar (2007), os mitos, vistos como culturais, geram processos de exclusão de pessoas com deficiência na escola, comunidade, trabalho e atividades no geral. Os estudos mostram que os mitos são apropriados pelos profissionais que atuam no campo da sexualidade, e por conta disso, limitam o acesso de informação sobre a sexualidade de pessoas com deficiência.

Adentrando nesse contexto, no campo educacional, especificamente a Educação Sexual emerge com o papel de propiciar discussões sobre prazer, afetividade, tabus, medos e preconceitos, abrangendo o campo de decisões responsáveis e conscientes acerca da sexualidade do educando. (COSTA, SANTOS, MIRANDA, 2014).

Segundo Schwier e Hingsburger (2007) sugerem alguns temas específicos tais como a menstruação, nascimento dos bebês, masturbação, mudanças do corpo, discriminação de lugares públicos e privados, concepção do desejo sexual, relacionamento amoroso e sexual, a homossexualidade, métodos contraceptivos, maternidade e paternidade, por exemplo.

Ribeiro (1990, p. 3-6) acrescenta que:

A implantação de projetos de educação sexual contribui para que a criança ou o jovem — e adulto de amanhã — tenha uma vida mais integrada, saudável, com uma melhor auto-estima e maior conhecimento do próprio corpo e consciência de ter relações preventivas (...) O objetivo do trabalho de Educação Sexual com Crianças é contribuir para que possam exercer, mais tarde, sua sexualidade com prazer e responsabilidade. E esse trabalho vincula-se ao exercício da cidadania que, de um lado, propõe-se a trabalhar o respeito de si vinculado ao respeito do outro, e, por outro lado, busca garantir a todos o conhecimento que será fundamental para a formação de cidadãos responsáveis e conscientes de suas capacidades.

Na pesquisa intitulada “Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva” Cursino, Rodrigues, Maia, Palamin (2006) buscaram investigar o tema sobre sexualidade com 14 jovens com deficiência auditiva, com idade entre 18 a 35 anos, em uma cidade no interior do Estado de São Paulo. Os objetivos da pesquisa foram identificar o repertório de informações sobre sexualidade, fazer um programa de intervenção de orientação sexual e, por fim, verificar as informações obtidas com o programa aplicado.

O relato foi desenvolvido em 3 encontros abordando os temas “*Órgãos sexuais e relações de gênero, relacionamento afetivo e Gravidez, doenças sexualmente transmissíveis e auto-estima.*” Para a coleta, foram utilizados um questionário inicial, questionários com questões fechadas (pré e pós teste) e no final, uma entrevista de avaliação processual.

Os resultados obtidos na pesquisa foram que a sexualidade é reduzida ao ato sexual ou relacionado a métodos contraceptivos pelos participantes. O acesso à informação sobre da temática mais citada foi a mídia. O tema em que houveram o maior número de acertos foi “Órgãos sexuais e relações de gênero”.

A pesquisa solicitou aos participantes sugestões de temas para a discussão no programa de orientação sexual, dentro os temas eram o relacionamento afetivo; as doenças sexualmente transmissíveis e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS); auto-estima; relacionamento sexual; fecundação e formas de prevenir gravidez; maternidade/paternidade; homossexualidade, bissexualidade, heterossexualidade e fantasias sexuais; masturbação; abuso sexual e disfunção sexual. Os temas Homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade foram solicitados por 2 participantes (1 homem e 1 mulher), ficando em sétimo lugar na colocação de temas mais solicitados.

O relato de pesquisa concluiu que se faz necessário que a sexualidade seja incluída em programas de reabilitação, para que seja garantido o acesso à informação e discussão de temas, que os autores consideram importantes.

Dias e Marinho (2016) discutem sobre entender as questões de que grande parte da população com deficiência não tem acesso as discussões sobre gênero, diversidade sexual e direitos sexuais. Acrescentam ainda que esses debates dificilmente se consolidarão em práticas de serviços de saúde, educação e assistência social. Portanto, esses serviços desconhecem a sexualidade como componente desse público, e negligenciam informações e direitos.

No relato intitulado “Homossexualidade e Deficiência Mental: Jogos Discursivos e de Poder na Construção dessas Identidades no Contexto Escolar”, Ferrari e Marques (2010) buscaram compreender desafios e estratégias em relação ao processo de exclusão no âmbito social e educacional. Fazem discussão a jogos discursivos em relação a identidade dentro do contexto escolar, em sobre a sua orientação sexual, com base em dois casos.

O primeiro caso relata vivências de um adolescente, chamado João. O mesmo descreve a alegria de ter encontrado um grupo gay, e poder lidar com a sua homossexualidade de forma positiva. O adolescente relata ter sido alvo de brincadeiras na época da escola e contou que nunca houve intervenções por parte dos professores. O mesmo conta que com o tempo foi se tornando uma pessoa retraída e começou a namorar uma garota, para que pudesse amenizar as brincadeiras dos colegas. Assim que teve contato com o grupo gay, encontrou espaço para compartilhar sua vivência e pode se assumir enquanto homossexual.

O segundo caso relata vivência de Pedro da turma de alfabetização em uma escola estadual especial para deficientes mentais. A professora de Pedro relata e justifica o encaminhamento do mesmo para uma escola especial, sendo a justificativa da transferência seria o fato do menino não escrever com letras cursivas.

A partir desses dois casos, os autores discutem sobre proposições para uma educação que considere e valorize as diferenças.

Em relação as diferenças, pode-se citar:

O social e o simbólico referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais. (SILVA, 2014, p.14).

Quando nos referimos às diferenças, tratamos também sobre identidade e como estas são marcadas pelas próprias diferenças. Considera-se que ambas são traçadas por fatores culturais, sociais e simbólicos. (DIAS; MARINHO 2016).

Souza e Moleiro (2015), buscaram uma compreensão da perspectiva única de homens gays com deficiência física, por meio de estudos fenomenológicos. Com uma entrevista semiestruturada, o artigo buscou compreender os valores, crenças, atitudes e opiniões dos participantes, para que, através dessas experiências descritas, possibilitassem alcançar as expectativas em relação a vivência da homossexualidade e da sexualidade. A pesquisa contou com a participação de 2 homens, um com 33 anos e o outro com 34 anos e por meio dos relatos, foi identificado que existe uma opressão estrutural e discriminação em relação à deficiência e orientação sexual, resultando uma dupla estigmatização.

Souza e Moleiro (2015, p.1) discorrem sobre o assunto:

As pessoas LGB com deficiência enfrentam uma dupla discriminação ao constituírem-se uma minoria dentro da minoria (Benneti & Coyle,2007). Esta marginalização estende-se tanto às instituições LGB como às instituições de deficiência, pois a sua deficiência, associada à promoção do *body beautiful*, impede-os de serem aceitos na subcultura homossexual, ao passo que a expressão da sua orientação sexual leva-os a serem excluídos do seu próprio grupo

Abreu, Silva e Zuchiwschi (2015) investigaram narrativas de participantes surdos a respeito de suas primeiras experiências homossexuais e o enfrentamento desse duplo preconceito. Tiveram uma abordagem qualitativa e basearam-se em entrevistas semiestruturadas.

Os dados da pesquisa revelaram que a compreensão da homossexualidade é carregada de mitos e preconceitos sobre as experiências afetivas. Evidência que as primeiras experiência homossexuais ocorreram pelo ambiente próximo e relacional (escolar e doméstico), que desencadearam a desconstrução da sexualidade. Os autores concluíram que existe a necessidade de ampliação de investigação na relação entre linguagem, emoção e construção da identidade sexual. Sugeriram uma atenção

sobre a temática e trazem a necessidade do desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse público.

Tais resultados incitam à necessidade de ampliar a discussão sobre a sexualidade e das questões de gênero, em relação aos direitos das pessoas com deficiência, que ainda é encarada como um tabu, demonstrando urgência no reconhecimento das mesmas (DIAS, MARINHO 2016).

Nota-se que ao revermos os mitos discutidos nas pesquisas, se modificam de acordo com a especificidade discutida; os tabus em relação a deficiência podem estar atrelados ao tipo da mesma, quando se trata a respeito da sexualidade. A maioria das pesquisas concluem que existe a necessidade de mais pesquisas em relação a temática, a fim de aumentar o conhecimento e visibilidade desse público alvo.

Ao iniciarmos as discussões a respeito da temática de identidade de gênero, podemos afirmar que em qualquer análise deve-se considerar o contexto sociocultural e histórico, junto aos papéis sociais exercidos pelos indivíduos em diferentes circunstâncias, das quais se contextualizam em tempo, espaço e cultura. (DIAS, MARINHO 2016). Referirmo-nos à categoria de gênero, ou seja, à construção social do feminino e masculino que se desenvolve como determinante de uma ordem de papéis relacionados ao sexo (masculino e feminino), baseando-se em categorias de anatomia genitália, e negando qualquer outra forma de identidade que saísse dos padrões biológicos. (DIAS, MARINHO 2016).

Mota (2014) aborda o gênero como referência reflexiva vinculado ao movimento feminista na questão de desigualdades de gênero. Com esse processo, a discussão sobre as questões de gênero ganha visibilidade na elaboração de políticas públicas para as mulheres e para além. (Travestis e Transexuais).

Dias e Marinho (2016, p.6) citam que:

Considerando que o conceito de gênero se apresenta não como uma categoria fixa, mas como categoria construída social e historicamente, o sexo e o corpo, conforme Carla Almeida (2001) sinaliza, também não são fixos e precisam ser historiados, compreendidos também como construção social. Nesse sentido, é possível traduzirmos que os sujeitos, por meio de seus corpos podem reafirmar marcas de sua submissão, mas também podem expressar formas de transgressão aos padrões de gênero hegemonicamente instituídos.

Mello e Nuernberg (2012, p.1) discutiram um campo de estudos feministas e de gênero, fenômenos sociais e culturais à temática de gênero e deficiência, com o objetivo de proporcionar uma maior visibilidade para a temática, junto a uma contribuição para as políticas públicas, pois.

À medida que promove a visibilidade à dimensão do cuidado como uma questão de justiça, a perspectiva feminista da deficiência permite politizar esse contexto da vida privada, bem como resgata a condição da mulher cuidadora, muitas vezes esquecida no bojo das políticas públicas para mulheres e pessoas com deficiência.

Por meio dessa contextualização, entende-se que a categoria identidade de gênero não se resume apenas a questões binárias (feminino e masculino). O foco da pesquisa bibliográfica foi analisar trabalhos com questões de identidade de gênero não heteronormativa relacionadas a pessoas com deficiência e durante a pesquisa, não foram encontrados artigos que discutissem diretamente a temática de identidade de gênero da não heteronorma.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os estudos apresentados, pode-se inferir que os direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com deficiência estão garantidos nos dispositivos legais; porém, o que os cerca de problemáticas em relação a mitos e tabus próprios da temática ganham um cunho cultural e social, que inibe possibilidades efetivas de construções da mesma no cotidiano dessas pessoas. Desta forma, não são vistos como fatores importantes e primários para garantir o desenvolvimento e acesso a informação desse grupo específico a respeito da sexualidade.

Teria, então, a pessoa com deficiência, de um modo geral, direitos sobre o próprio corpo e possibilidade de conseguir refletir e se auto conhecer quanto as temáticas transversais de identidade de gênero e de orientação sexual não heteronormativa?

A partir das análises, além do enfrentamento de apagamento, esteriotipização e mitificação do seu desenvolvimento sexual, percebeu-se que os temas transversais são pouco trabalhados no ambiente cultural e social das pessoas com deficiência. As formas não convencionais de se expressar quanto a sexualidade e identidade de gênero sofrem tabus e preconceitos na sociedade.

A sexualidade e o desejo são características humanas. Desvincular a deficiência destes mitos e paradigmas exigirá mais do que a abordagem de uma determinada área; a perspectiva de uma real integração social auxilia no avanço das discussões para que a pessoa com deficiência seja vista como um cidadão normal e completo. A sociedade necessita se reorganizar de forma a garantir o acesso a todos os cidadãos. O discurso de inclusão social é recente e um dos frutos da globalização - que exige cada vez mais a aproximação e convivência entre diferenças.

Os artigos selecionados com a temática da homossexualidade regem, em sua maioria, a respeito da deficiência auditiva, surdez e deficiência física. Quando nos deparamos com a deficiência intelectual, os assuntos são direcionados à infantilização ou a hiperssexualização; houve apenas um caso na pesquisa que abordou a homossexualidade atrelada à deficiência intelectual mostrando a existência desse autoconhecimento quanto a sua orientação sexual. Tais dados levantam questionamentos sobre as demais variações da deficiência, por não haver artigos que abordassem e dessem visibilidade para demais especificações.

Assuntos que abordam a diversidade sexual e a deficiência nos remetem a pensar algo como duplamente impactante e desafiado para esse público, porque além de enfrentar mitos, preconceitos por conta da deficiência, deve enfrentar mitos e preconceitos em relação à diversidade sexual e de identidade. Como visto nos artigos, fala-se em duplo fardo social, e no duplo enfrentamento em busca de seus direitos enquanto cidadão.

Um fato interessante que pode ser notado é que a visibilidade de mulheres lésbicas e com deficiência se torna ainda menor, visto que não foram encontrados artigos que trabalhassem diretamente essa temática. Teria, então, uma clara diferença a respeito da visibilidade de gênero binário (homem e mulher)? Seria possível propor como discussão a respeito da temática a questão do machismo atrelado a mulher deficiente lésbica, bissexual ou transexual?

Nas poucas pesquisas que abordaram o tema, o gênero é citado como mais uma dimensão da diversidade. Mesmo nos estudos feministas de gênero o recorte “deficiência” é negligenciado – suas principais pautas divergem. Nota-se um apagamento, também, na questão da bissexualidade atrelada a questões como a deficiência; durante as buscas, não foram encontrados artigos a respeito da temática. A respeito da transexualidade e deficiência, também não foram encontrados artigos que discutissem a temática.

A partir desses estudos, fica visível a necessidade de ampliações da discussão sobre gênero e diversidade sexual, além de sugerir pesquisa que dê visibilidade para não só algumas especificidades acerca da deficiência, e sim a todas. A fim de diminuir o apagamento e a marginalização das variações quanto diversidade sexual, identidade e deficiência.

## 6. REFERÊNCIAS

Anderson, P., & Kitchin, R. (2000). Disability, space and sexuality: access to family planning services. **Social Science & Medicine**, 51(8), 1163-1173. doi: 10.1016/S0277-9536(00)00019-8

ARANHA, M.S.F. (1979) *Overview of the Rehabilitation Movement in the United States and Proposals for an Extended Model in Brazil* Carbondale, Illinois, USA.: Rehabilitation Institute, Southern Illinois University.

BENTO, Berenice; PELUCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p. 559-568, Aug. 2012. Acesso em 13 Feb. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2012000200017>>.

BEZERRA, Camilla Pontes; PAGLIUCA, Lorita Marlena Freitag. A vivência da sexualidade por adolescentes portadoras de deficiência visual. **Rev. esc. enferm. USP**, São Paulo, v. 44, n. 3, p. 578-583, set. 2010. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0080-62342010000300005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342010000300005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 13 fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342010000300005>.

BEZERRA, Alana Rodrigues. et al. Movimento lgbt: Breve contexto histórico e o movimento na região do Cariri. **IV Seminário CETROS Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social**, 2013. Disponível em: [http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos\\_completos/69-17121-08072013-173342.pdf](http://www.uece.br/eventos/seminariocetros/anais/trabalhos_completos/69-17121-08072013-173342.pdf). Acesso em 31 mai. 2017.

BIANCHETTI, Lucidio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. IN: BIANCHETTI, L. & FREIRE, I. M. (orgs). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas-SP: Papirus, 1998.

BRASIL. Censo 2010: Pessoa com Deficiência. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-com-deficiencia/dados-estatisticos-arquivo/pdf-censo-2010%3E.%20Acesso%20em:%204%20jul.%20%202014>>. Acesso em: 31 de mai. 2017

BRASIL. (2008). Decreto Legislativo n. 186. (de 09 de julho de 2008). Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Brasília, DF: Presidência da República. Recuperado de: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm)>. Acesso em 14 de mar. 2017.

BRASIL. (2009). Direitos Sexuais e Reprodutivos Na Integralidade Da Atenção à Saúde De Pessoas Com Deficiência. Brasília, DF: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas, Ministério da Saúde.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Brasília, 2012

BRASIL. Ministério da saúde, Secretaria de políticas para as mulheres, Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, 2014

BRASIL, Ministério Da Saúde. Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais. Brasília, 2014. 123p.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; DA SILVA, Lorena Bernadete. Juventudes e sexualidade. Brasília: UNESCO, 2004. 426p.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **CDU – 341.272**: Todos Juntos por um Brasil Acessível: O MP e a pessoa com deficiência. 3 ed. Brasília: Cnmp, 2014. 76 p. Disponível em: <[http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/ACESSIBILIDADE\\_KM\\_WEB.pdf](http://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/ACESSIBILIDADE_KM_WEB.pdf)>. Acesso em: 31 mai. 2017.

COSTA, Alex Juvêncio; SANTOS, Maria de Fátima Macêdo dos; MIRANDA, Joseval dos Reis. **EDUCAÇÃO SEXUAL**: PREZER EM CONHECER.

CORREIA, M. V. C. (2009). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**; Todos os direitos reservados; Rio de Janeiro, RJ. Fundação Oswaldo Cruz, Escola.

CUNHA, M. B. Para saber mais: fontes de informação em ciência e tecnologia. Briquet de Lemos/Livros, p. 16, Brasil, 2001.

DANTAS, Taísa Caldas; SILVA, Jackeline Susann Souza; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 20, n. 4, p. 555-568, dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-65382014000400007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-65382014000400007&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 13 fev. 2017. <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382014000400007>>.

DENARI, F. E. **O adolescente especial e a sexualidade**: nem anjo, nem fera. 1997. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Educação, São Carlos.

DENARI, F.E. **Adolescência & deficiência mental**: desvendando aspectos de afetividade e sexualidade. In. MARTINS, A. R.S. et al. (Org.). *Inclusão*: compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2006.

DINIZ, D. (2007). **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense. (Coleção Primeiros Passos)

DUKE, Thomas. 2011. "Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender Youth with Disabilities: A Meta-Synthesis". **Journal of LGB Youth**. Vol. 8, nº 1, p. 1-52.

FERRARI, Anderson. **Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Revista Brasileira de Educação. 2003

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila

FREUD, Sigmund. Três Ensaio sobre a Teoria da Sexualidade (1905) **ESB**. Rio de Janeiro: Imago, 1980

GAGNON, J. **Reconcebendo a sexualidade**. Sexualidade, Gênero e Sociedade, a. 1, n. 1, p. 6-8, jun. 1994.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. Psychology, Sexuality and Disability: New Perspectives on Human Rights. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 34, n. 4, p. 850-863, dez. 2014. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932014000400850&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932014000400850&lng=pt&nrm=iso)>. acesso em 15 fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-370000552013>.

GIAMI, A.; D'ALLONNES, C. R. **O anjo e a fera: as representações da sexualidade dos deficientes mentais pelos pais e educadores**. In: D'ÁVILA

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar./abr., 1995a.

Hanna Arendt e Merleau-Ponty sobre Maquiavel. **Lua Nova**, São Paulo, n. 55-56, p. 297-307, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010264452002000100015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264452002000100015&lng=en&nrm=iso)> acesso em 31 de mai. 2017

HARLEY, Debra; Novak, Theresa; GassawaY, Linda & Savage, Todd. 2002. "**Lesbian, gay, bisexual, and transgender college students with disabilities: a look at multiple cultural minorities**". Psychology in the Schools. Vol. 39, p. 525-538. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/rqtr/biblioteca/gltb%20discapacidad/lgbt%20college%20students%20with%20disabilities.pdf>>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2011). Censo Demográfico: Resultados Preliminares da Amostra. Recuperado de:

[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_preliminares\\_amostra/default\\_resultados\\_preliminares\\_amostra.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_preliminares_amostra/default_resultados_preliminares_amostra.shtm).

LOURO, Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. *Educação & Realidade*, v. 25, n. 2, p. 59-75, 2000.

LONGARAY, DEISE AZEVEDO; RIBEIRO, PAULA REGINA COSTA. Espaços educativos e produção das subjetividades gays, travestis e transexuais. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 62, p. 723-747, set. 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-24782015000300723&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782015000300723&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 14 fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782015206209>

MAIA, A. C. B., & RIBEIRO, P. R. M. (2010). Desfazendo mitos para minimizar o preconceito sobre a sexualidade de pessoas com deficiência. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, 16(.2), 159-176. doi: 10.1590/S1413-65382010000200002.

MAZIN, R.; PINEL, A. Sexualidade e deficiência. *Ciência Médica*, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 16-23, jun. 1984.

McDonald, K. E., Keys, C. B., & Balcazar, F. E. (2007). **Disability, race/ethnicity and gender**: themes of cultural oppression, acts of individual resistance. *Am J Community Psychol*, 39, 145-161. doi: 10.1007/s10464-007-9094-3 [https://www.pdx.edu/sites/www.pdx.edu/psy/files/media\\_assets/5\\_McDonald\\_AJCP\\_McDonald\\_Keys\\_Balcazar\\_March\\_2007.pdf](https://www.pdx.edu/sites/www.pdx.edu/psy/files/media_assets/5_McDonald_AJCP_McDonald_Keys_Balcazar_March_2007.pdf)

MERTENS, D. et al. (Org.). *Handbook for achieving gender equity through education*. 2.ed. New York: **Routledge**, 2010. p.583-607.

MEYER, Ilan. 2007. "Prejudice and discrimination as social stressors". In: Meyer, Ilan & Northridge, Mary. *The health of sexual minorities*. New York: **Springer Science**. p. 242-267.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case study applications in education*. São Francisco (CA): **Jossey-Bass**, 1998.

MOTA, M. P. **Ao sair do armário, entrei na velhice...** homossexualidade masculina e o curso da vida. Rio de Janeiro: Mobile, 2014.

NETO, M. I. (Org.). **A negação da deficiência**: a instituição da diversidade. Rio de Janeiro: Achiamé /Socius, 1984. p. 29-41.

OLIVEIRA, L. A., Disponível em <<http://www.loveira.adv.br/material/tge2.htm>>. acesso em 26 de jul. 2015.

PARKER, R. G. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora Best Seller, 2000. \_\_\_\_\_;

Pessotti, I. (1984) **Deficiência Mental: da Superstição a Ciência**. São Paulo: EDUSP.

PIRES, Alex Sander Xavier. Homem, Sociedade e Direito: síntese Jusfilosófica voltada ao Jusnaturalismo. **Perspectiva Sociológica**: A Revista de Professores de Sociologia, v. 1, n. 6/7, p. 68-87, 2011.

Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Disponível em <<http://estudantedefilosofia.com.br/conceitos/origemdoestado.php>>. acesso em 15 de fev. 2017

PRODANOV, C. C. FREIRAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em <<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-ordenar-corretamente,emordemalfabetica14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>>. acesso em 19 de mai. 2017

RIBEIRO, Marcos. Educação sexual. **Além da informação**. São Paulo: EPU, p. 62, 1990.

SCHWIER, K. M.; HINGSBURGER, D. **Sexuality**: Your Sons and Daughters with Intellectual Disabilities. 3.ed. Baltimore, Maryland: Paul H. Brookes Publishing Co., 2007.

SILVA, Luiz Carlos Avelino da; ALBERTINI, Paulo. A reinvenção da sexualidade masculina na paraplegia adquirida. **Rev. Dep. Psicol., UFF**, Niterói, v. 19, n. 1, p. 37-48, 2007. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-80232007000100003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000100003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 13 fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-80232007000100003>.

SILVA, T. T. (org). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

STEFFEN, Luciana; DOS SANTOS, Elisandra Carolina. **As Inclusivass**. Coisas de Gênero: Revista de Estudos Feministas em Teologia e Religião, v. 1, n. 2, p. 229-240, 2015.

TEPPER, M. (2000). **Sexuality and disability**: the missing discourse of pleasure. *Sexuality and Disability*, 18(4): 283-290. doi: 10.1023/A:1005698311392

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. FNUAP, 2004.

VILELAS, José **INVESTIGAÇÃO. O processo de conhecimento científico**. Lisboa: Edições Sílabo, 2009.

VENTURA, Miriam. **Direitos Reprodutivos no Brasil**. UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas, Brasília, 2009.

VIANNA, Cláudia. Gênero, sexualidade e políticas públicas de educação: um diálogo coma produção acadêmica. **Pro-Posições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 127-143, Aug. 2012. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072012000200009&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 31 de mai. 2017